

## **Turismo e políticas públicas estaduais: um estudo comparativo entre os Planos de Turismo do RN e RS**

*Tourism and state public policies: a comparative study between the Tourism Plans of RN and RS*

*Turismo y políticas públicas estatales: un estudio comparativo entre los Planes de Turismo de RN y RS.*

Guilherme Bridi<sup>1</sup>  
Giovana Goretti Feijó de Almeida<sup>2</sup>  
Nayara Cristina Santana da Silva<sup>3</sup>  
Mellyssa Layla Barbosa Damasceno<sup>4</sup>

---

Este artigo foi recebido em 12 de MARÇO de 2021 e aprovado em 25 de JULHO de 2022

---

**Resumo:** O objetivo foi analisar como os estados do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio Grande do Sul (RS) vêm conduzindo sua política estadual de turismo. A pesquisa é de natureza qualitativa, valendo-se dos métodos de estudo de múltiplos casos e comparativo, pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de dados nos sites oficiais de turismo e os Planos Estaduais de turismo dos estados investigados. Adotou-se, como base de pesquisa, os planos estaduais de turismo mais recentes e a estrutura institucional dos órgãos turísticos públicos desses estados. Buscou-se: 1) caracterizar os contextos dos planos turísticos investigados a partir de categorias elencadas; 2) descrever o histórico estrutural do órgão público representativo do setor nos últimos 10 anos, e 3) apontar as diferenças e semelhanças em cada contexto. Três categorias foram definidas para a análise comparativa dos dados: estrutura documental, estratégias de gestão participativa e perfil institucional. Os resultados apontaram que o RN se encontra num estágio de consolidação e expansão de sua política estadual de turismo. Observou-se a preocupação em desenvolver um documento estratégico (e atualizado) para planejar, executar e avaliar ações de desenvolvimento turístico, aliadas a uma relativa estabilidade estrutural do órgão público gestor do turismo. O RS, por sua vez, apresenta ações de desenvolvimento do turismo no setor público que vem perdendo espaço, visto que o plano estadual de turismo vigente não é atualizado desde 2015 e o órgão gestor estadual do setor sofreu diversas alterações estruturais nos últimos dez anos. Tudo isso evidencia que a política estadual de turismo do RS vem sendo conduzida sob uma perspectiva de retração.

**Palavras-chave:** Políticas estaduais; Turismo; Plano de turismo; Órgãos públicos; Estratégias de gestão.

**Abstract:** The objective was to analyze how the states of Rio Grande do Norte (RN) and Rio Grande do Sul (RS) have been conducting their state tourism policy. The research nature is qualitative, using multiple cases and comparative methods, bibliographic and documentary research, with data collection on the official tourism websites and State Tourism Plans of the investigated states. The most recent state tourism plans and the institutional structure of public tourism agencies in these states were adopted as a research base. We sought to: 1) characterize the contexts of the tourist plans investigated from the listed categories; 2) describe the structural history of the public agency representing the sector in the last 10 years, and 3) point out the differences and similarities in each context. Three categories were defined for comparative data analysis: documentary structure, participatory management strategies and institutional profile. The results showed that the RN is in a stage of consolidation and expansion of its state tourism policy. There was a concern to develop a strategic (and updated) document to plan, execute and evaluate tourism development actions, combined with a relative structural stability of the public agency that manages tourism. RS, in turn, presents tourism development actions in the public sector that have been losing ground, since the current state tourism plan has not been updated since 2015 and the sector's state management body has undergone several structural changes in the last ten years. All of this shows that the state's tourism policy in RS has been conducted under a retraction perspective.

**Keywords:** State policies; Tourism; Tourism plan; Public agencies; Management strategies.

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, Brasil. E-mail: guime70@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Pesquisadora internacional no CITUR Leiria, Portugal. Coordenadora no NUPCIK/CNPq. Parlamentária Mundial da Educação (PAME). E-mail: goretti.giovana@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN. Gerente de Promoção Internacional da EMPROTUR - Empresa Potiguar de Promoção Turística, Natal – RN, Brasil. E-mail: nayaracsturismo@gmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, Brasil. E-mail: mellyssa20layla@gmail.com

**Resumen:** El objetivo fue analizar cómo los estados de Rio Grande do Norte (RN) y Rio Grande do Sul (RS) han venido conduciendo su política turística estatal. La metodología de investigación es cualitativa, haciendo uso de la investigación bibliográfica y documental, con recolección de datos en los sitios web oficiales de turismo y Planes Estatales de Turismo de los estados investigados. Se adoptaron como base de investigación los planes de turismo estatales más recientes y la estructura institucional de las agencias públicas de turismo en estos estados. Buscamos: 1) caracterizar los contextos de los planes turísticos investigados a partir de las categorías enumeradas; 2) describir la historia estructural de la agencia pública que representa al sector en los últimos 10 años, y 3) señalar las diferencias y similitudes en cada contexto. Se definieron tres categorías para el análisis de datos: estructura documental, estrategias de gestión participativa y perfil institucional. Los resultados mostraron que la RN se encuentra en una etapa de consolidación y expansión de su política estatal de turismo. Existía la preocupación de desarrollar un documento estratégico (y actualizado) para planificar, ejecutar y evaluar acciones de desarrollo turístico, combinado con una relativa estabilidad estructural de la agencia pública que gestiona el turismo. La RS, a su vez, presenta acciones de desarrollo turístico en el sector público que ha ido perdiendo espacio, ya que el actual plan estatal de turismo no se ha actualizado desde 2015 y la agencia estatal de gestión del sector ha sufrido varios cambios estructurales en los últimos diez años. Todo esto muestra que la política turística del estado en RS se ha llevado a cabo bajo una perspectiva de retractación.

**Palabras Clave:** Políticas estatales; Turismo; Plan de turismo; Órganos públicos; Estrategias de manejo.

## **1 Introdução**

O turismo vem se destacando no cenário econômico global. Pesquisas no setor demonstraram o gradativo aumento da atividade turística em diversas nações, incluindo o Brasil, que recebeu aproximadamente 95 milhões de desembarques domésticos em 2018 (BRASIL, 2019; WTTC, 2018). O panorama reforça a importância no desenvolvimento de políticas públicas, bem como no fomento e organização das potencialidades turísticas dos destinos, uma vez que essas políticas já se mostraram eficazes no desenvolvimento da atividade turística. As políticas públicas voltadas ao turismo consistem, basicamente, em documentos que expõem os caminhos dos gestores públicos em relação à organização do turismo em seu território, englobando objetivos, metas, diretrizes e estratégias planejadas (DA CRUZ, 2006). Essas políticas podem ser tomadas como base para que o turismo possa ser desenvolvido de forma organizada e sustentável, trazendo benefícios para as localidades e para suas comunidades receptoras (SCHINDLER, 2014).

No Brasil, a evolução das políticas públicas de turismo possui marcos representativos. Em 1992, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) lançou o Plano Nacional de Turismo (Plantur), cujo objetivo era promover o desenvolvimento regional a partir da formação dos polos de turismo integrados. Em 2003, a criação do Ministério do Turismo (MinTur) propiciou a organização e sistematização das políticas públicas de desenvolvimento no setor, especialmente a partir da criação do Plano Nacional de Turismo – PNT 2003-2007 (BRIDI, 2017; BURSZTYN, 2012). A consolidação dessas políticas específicas a nível federal fez com que as representações a nível estadual fossem cada vez mais atuantes, tal como aponta o estudo realizado por Solha (2004). Por essa perspectiva, os estados passaram, gradativamente, a organizar melhor a estrutura de seus órgãos de turismo e a desenvolver políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor. O alinhamento das diretrizes estaduais com a política

nacional de turismo passou a ser um requisito básico para captação de recursos e integração de projetos em âmbito federal.

Dentre as ações prioritárias, se encontram a elaboração e atualização de documentos norteadores (e estratégicos) centrados, especificamente, na organização de ações e diretrizes de atuação no setor (FALCÃO, 2013; SETTE *et al.*, 2014). De acordo com Bridi (2017) e Grimm *et al.* (2013), trata-se dos principais instrumentos das políticas públicas do setor. Os planos turísticos surgiram das análises de situações, diagnóstico de problemas e potencialidades, construção de objetivos e do desenho de estratégias de ação (TOMSON DE ABREU *et al.*, 2019; VELASCO GONZÁLEZ, 2009). Portanto, são planos complexos que estabelecem caminhos a serem seguidos conforme o cenário de uma determinada realidade.

Estudos acadêmicos sobre políticas públicas de turismo em estados brasileiros podem ser encontrados com frequência em bases de dados científicas e repositórios institucionais. A título de exemplo, citam-se: 1) a pesquisa de escalas de intervenção das políticas públicas estaduais de Goiás desenvolvida por Carvalho (2015), 2) o estudo de Da Silva (2015) sobre a implementação da política estadual como prioridade na promoção do turismo ecológico e cultural na Amazônia e; 3) o trabalho de Brocchi e Solha (2008) referente à institucionalização do turismo na administração pública no Estado de São Paulo. Um exemplo de estudo de comparação entre estados encontra-se em Nascimento *et al.* (2014) que aponta semelhanças e diferenças nas políticas para o setor de turismo no Amazonas e no Pará. Os resultados desse estudo identificaram que as políticas de turismo nesses estados estão materializadas nos planos de turismo, de estrutura semelhante à do PNT. Além disso, ambos os estados adotam a regionalização do turismo como diretriz básica, em consonância com a proposta de gestão descentralizada da esfera federal.

A escolha dos estados do Rio Grande do Norte (RN) e Rio Grande do Sul (RS) como objetos de investigação deste estudo se deu prioritariamente pelo fato de que são esses os estados de residência e atuação profissional dos autores deste trabalho. Em complemento, os dois estados legitimam suas políticas de turismo por meio de leis estaduais (Lei N. 9.931 e Lei N. 14.371, respectivamente). Ambos os textos apresentam referências explícitas quanto à importância dos planos estaduais enquanto conjunto de normas, diretrizes e programas voltados ao ordenamento do setor turístico. Encontra-se, ainda, nesses documentos, menção ao protagonismo dos órgãos públicos responsáveis (Secretarias de Estado) pelo planejamento, execução e monitoramento das ações e propostas (RIO GRANDE DO NORTE, 2015; RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Como forma de realizar uma análise comparativa entre os planos estaduais do RN e RS, foram pré-definidas três categorias: estrutura documental, estratégias de gestão participativa e perfil institucional. Assim sendo, o presente estudo justifica-se a partir da proposta de análise das políticas

públicas estaduais de turismo do RN e RS, considerando seus planos de turismo e o perfil institucional dos órgãos públicos responsáveis pelo setor. A originalidade da investigação está no ineditismo de um estudo sobre políticas públicas de dois estados brasileiros pertencentes a regiões distintas, o que possibilitará lançar olhares mais complexos sobre o tema.

Nesse sentido, os autores apresentam o seguinte problema de pesquisa: De que forma o RN e o RS vêm conduzindo suas políticas estaduais de turismo, considerando os elementos dos planos de turismo mais recentes e a estrutura institucional do órgão público responsável pelo setor?

O objetivo é analisar de que forma os estados do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio Grande do Sul (RS) vêm conduzindo suas políticas estaduais de turismo. Para tanto, adotou-se como base de pesquisa os mais recentes planos estaduais de turismo e a estrutura institucional dos órgãos turísticos públicos desses estados. Buscou-se: 1) caracterizar os contextos dos planos turísticos investigados a partir de categorias elencadas; 2) descrever o histórico estrutural do órgão público representativo do setor nos últimos 10 anos, e 3) apontar as diferenças e semelhanças em cada contexto.

## **2 Marco teórico**

Para fundamentar a escolha das categorias de análise dos Planos Estaduais de Turismo (estrutura documental, gestão participativa e perfil institucional) foram realizadas consultas à bases de dados científicos e aos portais de periódicos online. Assim, a seleção gerada serviu como base para o marco teórico adotado neste estudo. Destaca-se que a escolha dos autores utilizados para esse trabalho partiu de uma leitura prévia de artigos acadêmicos, livros e demais trabalhos científicos que se referiam à importância da estruturação de documentos voltados para legitimar políticas públicas voltadas ao turismo. Assim, um dos critérios de escolha das referidas categorias se deu a partir da pesquisa bibliográfica, sendo categorias recorrentes na literatura de turismo. Além disso, as categorias de análise foram embasadas também nos seguintes estudos prévios: *Políticas Estaduais de Turismo: estudo comparativo entre os estados do RN e RS* (BRIDI *et al.*, 2020), que foi apresentado e o resumo foi publicado nos Anais do evento ANPTUR 2020; e *Marca territorial como estratégia nos planos estaduais de turismo: os casos RN, RO, RS* (ALMEIDA *et al.*, 2022), publicado integralmente. Ambos os trabalhos abrangeram, em distintas perspectivas, os planos estaduais de turismo de Estados brasileiros.

### **2.1 Políticas Públicas de turismo no cenário brasileiro**

As políticas públicas voltadas ao turismo no Brasil podem ser consideradas fenômenos recentes quando comparadas a outros setores basilares, como saúde, educação e segurança. Durante a primeira

metade do século XX, as políticas ainda eram incipientes e praticamente abarcavam apenas decretos-leis de regulação e fiscalização de empresas e atividades turísticas (FERRAZ, 1992; SCHINDLER, 2014).

O cenário começou a mudar a partir da década de 1960, com o crescimento do turismo em massa, que intensificou políticas voltadas para o crescimento e expansão da atividade, as quais priorizavam o aumento do fluxo de turistas nos destinos (SOLHA, 2004). Para Schindler (2014), o destaque daquela época foi o papel atuante da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur) na organização do setor por meio da coordenação de ações e estratégias de desenvolvimento. Em 1966, foram criados o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), ambos considerados importantes marcos regulatórios das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e consolidação da área no país.

Até o final da década de 1980, as políticas públicas de turismo no Brasil possuíam acentuado caráter centralizador na esfera federal (SOLHA, 2004). Essa realidade começou a ser alterada no início da década de 1990 com a implementação de programas em escalas municipais e regionais, direcionados para o desenvolvimento turístico (SOARES; EMMENDOERFER; MONTEIRO, 2013; TOMAZZONI, 2009). Nesse período, houve ainda a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994, reconhecido como um dos primeiros programas nacionais voltados à descentralização da gestão do turismo nacional. O PNMT era um programa, sem repasses financeiros, direcionado especificamente aos municípios brasileiros, visando, principalmente, o fomento e o desenvolvimento do turismo sustentável (BARRETTO, 2005; BENI, 2006; FRATUCCI, 2014).

No entanto, somente no ano de 2003 foi instituído o Ministério do Turismo Brasileiro (MTUR), em que uma de suas primeiras ações efetivas foi a criação do Plano Nacional do Turismo – PNT 2003-2007. Este plano estabelecia uma política de planejamento e organização do setor em âmbito federal (BRIDI, 2017). Durante o processo de implantação do referido Plano, o governo procurou apreender, por meio da realização de consultas aos diferentes atores turísticos envolvidos no cenário do turismo nacional, as principais demandas e fragilidades do segmento turístico. A partir desse entendimento inicial, naquele momento, foi possível estabelecer diretrizes e estratégias para o desenvolvimento no setor. Desta forma, observa-se a ascensão do tema turismo no tocante às políticas públicas, ganhando status de prioritário na geração de desenvolvimento sustentável de ordem social e econômica, com a minimização das desigualdades regionais e a geração de emprego e renda à comunidade (SANCHO; IRVING, 2010).

Nos anos que seguiram, o PNT recebeu três atualizações (2007-2010; 2013-2016; 2018-2022), porém, manteve suas bases de gestão política no formato participativo e descentralizado, em consonância com a manutenção das estratégias referentes às políticas públicas voltadas para o setor

(BRIDI, 2017; VIEIRA, 2011). A trajetória exposta reforça o papel dos órgãos públicos estaduais de turismo e o desenvolvimento das políticas estaduais, tal como este trabalho se propôs a investigar.

## **2.2 Planos Turísticos Estaduais**

### **2.2.1 Estrutura documental**

Autores como Da Cruz (2006) mencionam a importância de expressar em documentos as políticas públicas e suas diretrizes. Grimm *et al.* (2013) enfatiza que os planos turísticos estaduais são considerados os principais instrumentos das políticas públicas do setor. Em termos históricos, a estruturação das ações e estratégias turísticas na administração pública em nível estadual remonta o encerramento da década de 1950. Foi ainda nessa época que o Combratur se tornou responsável pela implementação dos Conselhos Estaduais de Turismo (DE QUEIROZ, 2002). No entanto, mesmo com a introdução dessas iniciativas, durante a segunda metade do século XX, o turismo brasileiro vivenciou um período de fragilidade nas representações locais, regionais e estaduais em decorrência de uma política de centralização de ações advinda da esfera federal (SOLHA, 2004).

Os últimos anos da década de 1990 presenciaram um cenário de descentralização das políticas e uma postura mais atuante por parte dos gestores públicos. Essas mudanças oportunizaram o aumento dos marcos regulatórios da atividade turística e levaram à ampliação do número de órgãos públicos especializados em desenvolver políticas para o fomento do turismo (DA SILVA MARANHÃO, 2017). A título de exemplo, Souza, Noia e Pinheiro (2017), em seu estudo sobre a política estadual de turismo na Bahia, identificaram o favorecimento da criação de espaços públicos participativos na organização e avaliação das ações de desenvolvimento turístico. Em se tratando da natureza das políticas públicas estaduais das últimas décadas, os governos da Região Nordeste têm enfatizado o turismo como vetor de desenvolvimento local aliado à preservação da natureza. Baseiam-se, principalmente, na ideia de potencialidade natural da região para a atividade, por conta da extensa faixa litorânea (mais de 3 mil km de praias) e do clima quente praticamente durante todo o ano (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2012).

Apesar dos avanços recentes, o engajamento dos Estados brasileiros na promoção do turismo ainda é um desafio a ser superado. Um estudo realizado por Falcão (2013) sobre a Política Estadual de Turismo no Ceará indicou a necessidade de melhorias na formulação e execução, especialmente, na construção e valorização, do turismo de base local. Brocchi e Solha (2008), por outro lado, indicaram a ausência de ações e esforços na criação de uma Política Estadual de Turismo no Estado de São Paulo que atenda às especificidades de seus municípios. Em sua pesquisa sobre a articulação das políticas para a projeção de núcleos turísticos em Roraima, Brito (2018) identificou ações desconexas que expuseram a falta de condições necessárias para que o turismo pudesse se desenvolver plenamente no estado.

Complementarmente, De Oliveira e De Oliveira (2012) indicaram que a ausência de articulação entre as políticas de turismo e as demais políticas públicas (urbana, transportes, social, educação, saúde, desemprego etc.) restringem seu alcance e efetividade. Para superar essas dificuldades, faz-se necessário que os estados brasileiros invistam na estruturação de seus órgãos públicos de turismo e na elaboração (e atualização) de seus planos estaduais turísticos. Assim, poderão não apenas consolidar suas Políticas Estaduais de Turismo, mas igualmente favorecer as práticas de cidadania.

### **2.3 Gestão participativa**

A consolidação de uma política de turismo entre as diferentes esferas do governo demanda coesão para que diretrizes, ações e conteúdo dos planos estaduais estejam em consonância com as diretrizes do PNT. Enfatiza-se ainda que essa gestão seja descentralizada, participativa e regionalizada (BRANDÃO; BALDI; ALBAN, 2014; SANCHO; IRVING, 2010; SOARES; EMMENDOERFER; MONTEIRO, 2013). A descentralização da gestão tem se constituído num dos pilares da reforma do Estado, que visa conceder às suas políticas públicas um caráter mais integrado e participativo. No Turismo, o emprego de políticas públicas participativas promove a valorização do potencial turístico e dos governos de cada local, influenciando no desenvolvimento e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2014).

Promover o envolvimento de distintos atores no processo decisório de planejamento, execução e monitoramento das ações turísticas é também uma diretriz básica da gestão participativa. Nessa perspectiva, a participação social (direta ou sob a forma de representação), em todas as instâncias decisórias, é vista como uma estratégia adequada para o enfrentamento de questões referentes à gestão de políticas públicas (COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014; HALL, 2004; DA SILVA, 2015; TRINDADE, 2009).

Entretanto, a gestão integrada do desenvolvimento do turismo, instituída e consolidada pelo poder público por meio das políticas, planos e outros programas, não anula as possíveis situações conflitantes advindas do processo participativo. Há ainda que considerar o acompanhamento e a avaliação das experiências colaborativas no aprimoramento da qualidade das políticas públicas do setor (BRIDI, 2017; SANSOLO, 2009).

### **2.4 Perfil Institucional**

Ao longo do tempo houve dificuldades na organização do turismo na administração pública, consistindo em um dos principais entraves ao desenvolvimento do setor. No contexto brasileiro, a década de 1960 tornou-se um marco histórico no processo de institucionalização. Esse panorama se formou na

medida em que os governos estaduais realizaram as primeiras tentativas de consolidar um órgão público específico voltado para o turismo, por meio da criação de Departamentos, Superintendências e Secretarias Estaduais de Turismo (ACERENZA, 2002; BROCCHI; SOLHA, 2008).

Acerenza (2002) destaca tipos de perfil institucional das organizações de turismo com caráter público, a saber: a) administração centralizada, composta por órgãos inseridos na estrutura administrativa do Estado, tais como Ministérios, Secretarias de Estado, Direção, Serviços e Escritórios Nacionais de Turismo; e, b) administração descentralizada, composta por órgãos constituídos por lei, dotados de personalidade jurídica e autonomia técnica e administrativa, porém, vinculados à Secretaria ou Ministério. Os órgãos podem ser organizados em distintos formatos: Comissão, Instituto, Empresa ou Corporação de Turismo. Em complemento, Solha (2004) adicionou uma categoria mista, que se refere a dois (ou mais) Órgãos de turismo com estrutura própria, mas que atuam na condução da atividade do Estado.

Assim, as organizações turísticas que compõem a gestão pública estadual podem ser classificadas em: Secretarias de Turismo; Secretarias de Estado; Departamentos, Superintendências e coordenadorias; Empresas/companhias; outras autarquias; Secretaria de Turismo + Empresas, Secretarias de Estado + empresas (SOLHA, 2004).

### **3. Metodologia da pesquisa**

O método utilizado nessa pesquisa é o estudo de múltiplos casos na investigação de fenômenos contemporâneos, dedicados à compreensão da realidade social. Trata-se de uma pesquisa analítico-descritiva sobre temáticas contemporâneas, a partir dos diferentes contextos (DEMO, 2000; YIN, 2001). Em complemento, Yin (2001) considera que as evidências apresentadas por meio do método de múltiplos casos são reconhecidamente mais robustas do que aquelas oriundas de um estudo de caso único. Nesse trabalho, utilizaremos como base os estudos dos casos dos Planos estaduais de turismo vinculados aos estados do RN e RS, remetendo à casos múltiplos.

Foi utilizado igualmente o método comparativo. Conforme as considerações de Fachin (2006), esse método envolve a investigação de determinados fatos e a elaboração de explicações sobre esses fatos em suas semelhanças e diferenças. É normalmente aplicado em diferentes áreas das ciências sociais e permite, dentre outras coisas, comparar sociedades distanciadas pelo espaço geográfico, como é o caso da presente pesquisa.

O marco teórico sobre políticas estaduais de turismo abrange as categorias: estrutura documental; gestão participativa e perfil institucional, advindas da fase de revisão da literatura e dos trabalhos de Bridi *et al.* (2020) e Almeida *et al.* (2022). Assim, adotou-se ainda a perspectiva de:



Acerenza (2002), Barretto (2005), Beni (2006), Brocchi e Solha, (2008), Fratucci (2014), Hall (2004), Soares, Emmendoerfer e Monteiro (2013), Solha (2004), e Vieira (2011). Trata-se ainda de uma pesquisa qualitativa, na qual os dados coletados são analisados a partir de categorias originadas da pesquisa bibliográfica. Empregou-se a pesquisa documental, abrangendo os mais recentes planos turísticos estaduais do Rio Grande do Norte (2017) e o Rio Grande do Sul (2011), que não receberam um tratamento analítico mais singular. O guião analítico que compõem o Quadro 1 foi adaptado da metodologia do trabalho de Almeida *et al.* (2022).

As técnicas de pesquisa aplicadas foram a coleta e análise de documentos por meio de arquivos provenientes do poder público estadual, portanto, tem-se uma pesquisa documental na qual se analisa, especificamente, os planos estaduais de turismo. Os dados coletados advêm da consulta dos planos estaduais de turismo disponíveis na web e dos portais oficiais de turismo de cada Estado. A posteriori, os documentos selecionados foram analisados comparativamente entre si, por meio da categorização dos planos em três eixos centrais, explicitados no Quadro 1. Salienta-se que o referido Quadro foi adaptado de Almeida *et al.* (2022).

Apesar da complexidade que envolve o estudo das políticas estaduais de turismo, os autores optaram por pautar o trabalho a partir de dois pilares: 1) os planos de turismo mais recentes e, 2) a estrutura institucional dos órgãos responsáveis pelo setor nos estados investigados. Em complemento, foram previamente definidas três categorias que nortearam as análises comparativas realizadas: 1) estrutura documental, 2) estratégias de gestão participativa e, 3) perfil institucional. Salienta-se que as categorias investigadas originaram 11 subcategorias que conduziram a pesquisa. Na sequência, a análise e interpretação dos dados foi realizada, concebendo relações com o marco teórico e a realidade dos Estados investigados. Ao final, são apresentadas contribuições interdisciplinares dirigidas, em especial, às áreas do Turismo, Desenvolvimento Regional, Planejamento Urbano-Regional, Gestão Urbana e outras áreas correlacionadas. O recorte temporal da pesquisa compreendeu os períodos de janeiro a março de 2020.

A Figura 1 apresenta a localização geográfica dos dois estados pesquisados, incluindo informações básicas, tais como: população, rendimento per capita, IDH e IGR, para fins de caracterização do objeto da pesquisa. Destaca-se que em virtude da COVID-19, compreende-se que os dados sobre o fluxo turístico correspondente ao período anterior à pandemia não sejam os mais adequados para uma análise comparativa, por isso não utilizamos esses dados neste estudo. Também se salienta que a pesquisa é de cunho qualitativo, portanto, os dados quantitativos somente são utilizados para caracterizar os Estados investigados.

**Figura 1.** Mapa do Brasil com destaque de dados dos estados RN e RS



Fonte: Autores a partir dos dados do IBGE (2022) e BRASIL (2020).

Os dados da população estimados de ambos os Estados advêm do ano de 2021 (IBGE, 2022), bem como o Rendimento nominal mensal domiciliar per capita 2021 (IBGE, 2022). O IDH é oriundo do ano de 2010 (IBGE, 2022) e os dados das Instâncias de Governança Regional (IGR) advêm do portal do Ministério do Turismo (BRASIL, 2020).

## 4 Resultados e Discussão

### 4.1 Planos de Turismo Estadual da pasta pública gestora do turismo: RN e RS

Os dados coletados tiveram como base os mais recentes Planos Turísticos estaduais do RN e RS, além de consulta aos portais públicos oficiais de turismo e portais de transparência desses estados. Assim sendo, o estudo está pautado nas categorias de análise previamente estabelecidas (estrutura

documental, gestão participativa e perfil institucional), constituindo o Quadro 1 com as Análises comparativas.

**Quadro 1.** Análises comparativas

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>
<b>Estrutura Documental</b>	Nome do documento (se houver)	Planejamento estratégico e Marketing para o Turismo do Rio Grande do Norte	Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012 - 2015
	Data de criação do plano turístico analisado	Julho/2017	2º semestre/2011
	Vigência	Sim	Não
	Tipo de documento que ancora o plano	Documento independente, preparado por empresa de consultoria externa ( <i>Solimar International</i> ) e disponibilizado no portal oficial da Setur/RN.	Documento independente, preparado em conjunto com a Secretaria de Turismo (vigente na época) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).
	Última atualização	Sem atualizações até abr./2020	Sem atualizações até abr./2020
<b>Gestão participativa</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo à implantação de conselhos regionais nos cinco polos de turismo do estado;</li> <li>- Criação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS);</li> <li>- Desenvolvimento de programas de marketing cooperativo;</li> <li>- Planejamento de marketing integrado dos Polos Turísticos e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento das instâncias de governança regionais do estado;</li> <li>- Fortalecimento da gestão do turismo nas regiões: estruturar e consolidar as políticas municipais;</li> <li>- Rede Virtual da Governança do Turismo: - Proporcionar e otimizar a comunicação e troca</li> </ul>

	Estratégias adotadas nos planos analisados	do Estado conjuntamente com a priorização dos diferentes mercados-alvo para as campanhas de marketing	de informações entre os atores do Sistema Estadual de Gestão do Turismo no Rio Grande do Sul.  - Sistema de Monitoramento do Turismo: Acompanhar a execução do Plano Diretor de Turismo, direcionando ações e prevendo ajustes necessários.
	Estrutura do Conselho de Turismo do Estado	Conselho Estadual de Turismo (Conetur/R), criado pelo Decreto Estadual n. 10.386/ 1989, composto por 33 instituições do setor público federal, estadual e regional, iniciativa privada e o terceiro setor.	Conselho Estadual de Turismo (Conetur/RS), criado pela Lei n.14.129/ 2012: órgão colegiado, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo e superior de assessoramento ao titular da Secretaria do Turismo (Setur/RS).
	Tipo de contribuição ou auxílio do Conselho	O Conetur/RN contribuiu com avaliação e proposição de ações para o Plano de Desenvolvimento do Turismo no Estado.	O Conetur/RS não contribuiu, pois foi criado após o desenvolvimento do último Plano de Turismo do RS.
<b>Perfil Institucional</b>	Estrutura de gestão adotada	A gestão turística do RN está ao encargo da Secretaria Estadual de Turismo (Setur), criada em 1996, com a Empresa Potiguar de Turismo (Emprotur), criada em 2007. A Emprotur é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada à Setur, responsável pela promoção do turismo do	A gestão turística do RS está ao encargo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur), responsável por promover e executar políticas de incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional e setorial.

		Estado no âmbito nacional e internacional.	
	Alteração da estrutura do órgão	Ausência de alterações nos últimos 10 anos.	- Secretaria de Turismo - Setur   Período: 2010 a 2014  - Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer   Período: 2015 a 2019  - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR   Período: 2019 - Atual
	Tipo de gestão adotada	Gestão mista: Secretaria de Turismo + Empresa	Gestão Centralizada: Secretaria de Estado
	Orçamento executado pelo órgão em 2018	R\$ 7.812.764,81 (Setur) +  R\$ 3.720.012,00 (Emprotur)  Total: R\$ 11.532.777,80	R\$ 70.130.464 (Governo RS)

Fonte: Autores (Adaptado de Almeida *et al.*, 2022).

Os resultados expostos no Quadro 1 apontam que o RN se encontra num patamar distinto em relação ao RS em relação às ações de estruturação e execução de sua política estadual de turismo, quando considerados os planos estaduais e a estrutura do órgão público gestor da pasta. No RN há, inclusive, um plano estratégico de turismo anexado ao seu plano de desenvolvimento, que se encontra ausente no RS. Isso mostra que o RN se preocupa com sua imagem institucional, além do desenvolvimento de seus destinos turísticos. Isso mostra ainda a organização estratégica de ações para que a imagem institucional

pretendida seja concretizada. No entanto, no plano do RS não há um plano de marketing estruturado que demonstre este tipo de preocupação e organização como no plano do RN.

Em termos de estrutura documental, ambos os estados apresentam, em seu histórico, documentos públicos voltados para o planejamento de ações em turismo. Esse fato reforça os apontamentos de Da Silva Maranhão (2017) no que tange ao aumento do marco legal do turismo brasileiro desde o final da década de 1990. Percebe-se, assim, a existência de posturas proativas por parte dos gestores públicos.

Embora as realidades do RN e RS sejam distintas, os dados coletados mostram que o RN possui robustez em sua estrutura, diferenciando-se do RS. Faz-se ainda necessário enfatizar que o estado potiguar possui o plano de turismo de seis anos mais atual (2017) e que permanece em vigência, o que difere do plano do RS. A data final de encerramento das ações do mais recente Plano estadual de Turismo do RS expirou em 2015, mantendo-se até o momento sem atualização. Diante disso, nota-se que o estado gaúcho caminha em direção oposta aos postulados de autores que consideram a elaboração e atualização de documentos norteadores como essenciais ao desenvolvimento das políticas de turismo (FALCÃO, 2013; GRIMM *et al.*, 2013; SETTE *et al.*, 2014).

Sobre a categoria de gestão participativa, constata-se que ambos os estados possuem, em seus planos de turismo, diretrizes e conteúdos alinhados aos preceitos de gestão descentralizada e participativa do PNT, embora em distintos graus. Este cenário se encontra em consonância com as premissas de Brandão, Baldi e Alban (2014), Soares, Emmendoerfer e Monteiro (2013).

No caso do RN, as diretrizes aparecem mais relacionadas à gestão integrada de cinco polos de turismo. A criação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) prevê o planejamento e a gestão do desenvolvimento do turismo de forma integrada entre as diversas instituições envolvidas com o setor na sua área de abrangência. Destaca-se ainda a existência de estratégias e programas de marketing cooperativo e integrado entre os referidos polos, além do incentivo à criação de instâncias de ordem consultiva, propositiva e deliberativa (Conselhos Regionais de Turismo). Adicionalmente aos objetivos característicos deste tipo de plano, observa-se que as ações de marketing se voltam também para a integração desses polos turísticos elencados no documento.

No RS, a gestão descentralizada e participativa aparece como um dos eixos estratégicos do Plano Estadual de Turismo. O enfoque é na atuação do Sistema de Gestão Estadual do Turismo, que visa o fortalecimento das instâncias de governança regionais, contemplando todas as regiões turísticas do estado. Outro elemento de destaque é a proposta da criação da Rede Virtual da Governança do Turismo, que busca otimizar a comunicação e troca de informações entre os atores. Todavia, não deixa claro como será feita essa Rede mencionada no plano. Tal achado leva à reflexão sobre a relevância de o conteúdo

dos planos também estabelecer parâmetros para a execução das ações propostas, não se atendo apenas ao campo teórico.

A existência de Conselhos Estaduais de Turismo é outro indicativo de que a gestão compartilhada do turismo tem sido pautada (ao menos parcialmente) pelas instâncias do poder público nos últimos anos, tal como observado nas considerações de Queiroz (2002). Em relação à participação dos Conselhos na construção dos Planos de Turismo, identifica-se, no caso do RN, que o Conselho Estadual de Turismo desempenhou papel propositivo, consultivo e deliberativo, atuando como instância auxiliar aos órgãos gestores da pasta (Setur e Emprotur). No RS, o Plano Estadual de Turismo mais recente foi criado anteriormente à existência do Conselho Estadual, portanto, essas funções não foram identificadas.

Em termos de perfil institucional, observa-se a vigência do modelo de gestão centralizada (ACERENZA, 2002) no RS, uma vez que a gestão do turismo fica ao encargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Destaca-se ainda que a pasta pública de gestão do turismo estadual sofreu três alterações nos últimos dez anos, sendo fundida com secretarias e departamentos de outras áreas. Essa trajetória dificulta uma estrutura mais consolidada em um plano, como o de turismo. Ademais, as fusões acarretam mudanças e novas realidades, levando, ao mesmo tempo, a ajustes não-previstos anteriormente. Um olhar mais atento ao plano do RS expõe esses ajustes, revelando que foram feitas adequações no plano já finalizado, deixando de lado a atualização adequada do documento estratégico.

No RN, a gestão do turismo possui caráter misto e é desenvolvida de forma compartilhada pela Secretaria Estadual de Turismo (Setur) e pela empresa de Turismo (Emprotur). Nos últimos dez anos, essa estrutura de gestão se manteve, mesmo havendo alterações de governantes e siglas partidárias no poder público estadual. O caráter misto desse tipo de gestão compartilhada entre público e privado pode ser um dos motivos pelos quais a estrutura de gestão tem se mantido no estado.

Conforme consta em sua página oficial, a Secretaria Estadual de Turismo do RN tem como objetivo formular a política de turismo do Estado, gerenciar e contratar obras de infraestrutura turística, realizar estudos e pesquisas, bem como promover a articulação com os municípios e os demais Órgãos da administração estadual para a execução de ações voltadas para o desenvolvimento turístico (Setur/RN, 2020). No RS, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo centra seus esforços na promoção do desenvolvimento do Estado, embasando-se nos fluxos turísticos de seus destinos (Sedetur/RS, 2020). Assim, enquanto um estado articula ações estratégicas entre os municípios, com vistas ao desenvolvimento turístico (RN), o outro (RS) dedica atenção aos fluxos turísticos de seus destinos, visando à promoção do desenvolvimento do Estado. Este panorama remete à ponderação sobre

os destinos turísticos e os municípios, e como ambos podem influenciar tanto no desenvolvimento turístico quanto no desenvolvimento do Estado.

A análise dos orçamentos executados pelas pastas em 2018 revela que o RS apresenta um valor mais elevado (R\$ 70.130.464,00) do que o RN, que investiu o total de R\$ 11.532.777,88. No entanto, há que se ponderar que não é possível identificar, no RS, o valor destinado especificamente ao setor do turismo, pois a secretaria contempla diversas áreas.

O cenário encontrado no RS revela que sua política estadual de turismo vem perdendo espaço nos últimos anos. O fato de o plano de turismo gaúcho estar desatualizado há cinco anos torna o principal documento de gestão pública estadual obsoleto e pouco útil para ações no momento atual. Em complemento, as sucessivas alterações na pasta pública do turismo contribuem para um cenário no qual parece haver pouco (ou nenhum) interesse em priorizar ações e estratégias turísticas por parte dos gestores públicos. Percebe-se, ainda, a ausência de elementos fundantes para a consolidação de uma política estadual de turismo. É uma realidade que se assemelha aos resultados encontrados por Brito (2018), Brocchi e Solha (2008) e Falcão (2013), que apontam dificuldades de execução da política de turismo nos estados brasileiros. É possível concluir que o RS vem conduzindo sua política estadual de turismo sob uma perspectiva de retração.

No RN a situação é outra. A preocupação em desenvolver um documento estratégico (e atualizado) para planejar, executar e avaliar ações de desenvolvimento turístico, aliadas a uma relativa estabilidade estrutural do órgão público gestor do turismo, reflete um panorama mais favorável. Isso tudo favorece uma política estadual de turismo que promove o desenvolvimento sustentável, integrado e participativo, que preconiza a necessidade de ampliação e expansão dos investimentos no setor. Dessa forma, os autores consideram que o RN vem conduzindo sua política estadual e o turismo sob a perspectiva de consolidação e expansão.

Ressalta-se ainda que a elaboração dos planos estaduais de turismo, alvo desta análise, ocorreu em período anterior à pandemia da COVID-19, não havendo, assim, nenhuma menção às ações de enfrentamento de crises sanitárias nos referidos documentos investigados. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de atualização desses planos em prol de sua adequação às constantes transformações próprias da dinâmica do setor turístico. Constata-se também que este estudo cumpriu seus objetivos inicialmente propostos, visto que, em todo o seu processo de construção, atravessou as discussões sobre os planos estaduais de turismo do RN e RS, promovendo, à luz das categorias empregadas, uma análise comparativa da realidade dos referidos documentos em ambos os Estados brasileiros.

## **5. Conclusão**



Este trabalho se apoia na concepção de que a construção e atualização de um documento estratégico, que possua as diretrizes para o turismo e a organização institucional adequada de um órgão gestor responsável pelo setor, sejam os elementos basilares para a construção de uma política estadual de turismo que promove o desenvolvimento sustentável, integrado e participativo.

Diante disso, atendeu-se a o objetivo de analisar, comparativamente, os elementos que compõem a política estadual de turismo do Rio Grande do Norte e a do Rio Grande do Sul. O estudo realizou uma análise descritiva dos planos turísticos e um levantamento histórico da estrutura de gestão dos órgãos públicos estaduais de turismo à luz de categorias previamente estabelecidas, apontando diferenças e semelhanças nos casos investigados. Pondera-se que uma entrevista com os gestores responsáveis pelos órgãos públicos estaduais enriqueceria esta pesquisa, visto que traria informações sobre distintos pontos de vista e auxiliaria na elaboração de postulados complementares sobre o tema. Além disso, identifica-se a necessidade de ampliação deste estudo no futuro, passando a contemplar uma análise sobre a efetividade (ou não) dessas políticas públicas constantes nos planos, a partir do uso de indicadores socioeconômicos relacionados à oferta e demanda turística.

Há que se considerar ainda que os resultados deste estudo não permitem generalizações, uma vez que os estados analisados apresentam distintas realidades socioeconômicas, políticas e culturais, refletidas na forma como conduzem suas políticas estaduais de turismo.

Entretanto, apesar dos diferentes cenários identificados no RN e RS, os resultados obtidos permitem lançar outros olhares sobre o debate acerca da importância das políticas de turismo dos estados brasileiros. Enfatiza-se que esse debate é ainda mais importante quando se fala da relação de interdependência entre os planos estaduais de turismo e a estruturação institucional dos órgãos públicos gestores da referida pasta. Espera-se ainda, com a realização de estudos dessa natureza, que os gestores estaduais possam, cada vez mais, priorizar ações no sentido de promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento turístico nos destinos, valendo-se de seus planos de turismo e de instrumentos de gestão integrada, participativa e executada por um órgão responsável que esteja devidamente estruturado e atualizado.

### **Referências**

ACERENZA, M. Á. **Administración del turismo**: planificación y dirección. Ciudad de México: Trillas, 2002.

ALMEIDA *et al.* Marca territorial como estratégia nos planos estaduais de turismo: os casos RN, RO, RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2022.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.

BENI, M. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRANDÃO, P.; BALDI, M.; ALBAN, M. Descentralização da gestão pública do turismo brasileiro; análise da participação dos atores privados no Conselho Nacional de Turismo. **Tourism and Management Studies**, v. 10, Special Issue, p. 193-199, 2014.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2019**. v.46, Ano Base 2018, 2ª ed., Dez/2019. Disponível em: [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/381-anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/381-anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018/381-anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018.html). Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Governanças -PRT**. 2020 Disponível em: [http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=216&Itemid=315](http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=216&Itemid=315). Acesso em: 21 jul. 2022.

BRIDI, G. **Participação dos atores turísticos em sistemas de governança em turismo**: um estudo a partir dos municípios de Bento Gonçalves (RS), Bonito (MS) e Ouro Preto (MG). 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil, 2017.

BRIDI *et al.* Políticas estaduais de turismo: estudo comparativo entre os estados do RN e RS. In: SEMINÁRIO NACIONAL ANPTUR, 17, 2 a 4 de dezembro, *online*. **Anais** [...] Brasil: 2020.

BRITO, B. D. M. A política de turismo na Amazônia setentrional: o estado de Roraima e a construção do “tempo do turismo”. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo**, v.4, n.1, p.1-8, 2018.

BROCCHI, R. G.; SOLHA, K. T. Institucionalização do turismo no poder público estadual: a experiência de São Paulo. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 241-254, 2008.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do Turismo de Base Comunitária na Amazônia**. 2012, Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Gisélia Lima. **A Política de Turismo no estado de Goiás**: um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, H. A.; GONÇALVES, J. S.; HOFFMANN, V. E. Cooperação entre micro e pequenas empresas de hospedagem como fonte de vantagem competitiva: estudo dos albergues de Belo Horizonte (MG). In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, 9., 2014, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo, 2014.

DA CRUZ, R. C. A. **Planejamento governamental do turismo**: convergências e contradições na produção do espaço. São Paulo: CLACSO, 2006.

DA SILVA, F. C. Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência recente do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 2, 2015.

DA SILVA MARANHÃO, C. H. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 2, 2017.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DE OLIVEIRA, M. F. S.; DE OLIVEIRA, O. J. Estado e turismo: trajetórias do caso baiano. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 3, 2012.

DE QUEIROZ, L. A. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2002.

ERIKSSON, J. The role of unique attractions in the hyper competitive market of world tourism. **Retrieved December**, v. 1, p. 2013, 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FALCÃO, Marcius Tullius Soares. **Para uma avaliação da Política Estadual de Turismo do Ceará: a SETUR e suas ações na transformação da realidade socioespacial dos destinos indutores do Ceará**. 2013. 222 f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104471>>.

FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papyrus Editora, 1992.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. 1ª ed. Caxias do Sul: Educs, p. 39-64, 2014.

GRIMM, I. J. *et al.* Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a inter-relação na esfera nacional, estadual e local. **Turismo-Visão e Ação**, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2013.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Cidades**. Brasil, 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/Acesso> em: 21 jul.2022.

NASCIMENTO, V. A. *et al.* SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Turismo y Desarrollo Local**, n. 17, 2014.

OLIVEIRA, R. A. Descentralização: um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 125-144.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Nº 9.931**, de 14 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2015/02/09/81837acd686e453f9c663ca1931e4be8.pdf>  
Acesso em: 21 jul. 2022.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Nº 14.371**, de 27 de novembro de 2013. Disponível em:  
<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.371.pdf> . Acesso em: 21 jul. 2022.

SANCHO, A.; IRVING, M. de A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, 2010.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G, BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 122-141.

SCHINDLER, A. A. W. **Políticas públicas aplicadas ao Turismo** (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2014.

SEDETUR/RS. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. **História da Secretária**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://sedetur.rs.gov.br/historia-da-secretaria>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SETTE, I. R.; DO VALLE, M. I. M.; COUTINHO, M. P. C. O Programa de regionalização do turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 3, p. 608-627, 2014.

SETUR/RN. SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. **Institucional**. Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <http://setur.rn.gov.br> Acesso em: 20 ago. 2020.

SOARES, E.; EMMENDOERFER, M.; MONTEIRO, L. Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais (2007-2010). **Tourism & Management Studies**, v. 9, n. 2, p. 50-56, 2013.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, A. C; NOIA, A. C; PINHEIRO, L. I. F. Desenho institucional das políticas públicas de turismo no estado da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 4, p. 107-121, 2017.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

TOMSON DE ABREU, M. T. *et al.* Políticas Públicas de Turismo e de Cultura no Brasil: uma análise comparada de planos das esferas nacional, estadual e municipal. **Rotur: Revista de Ocio y Turismo**, v. 13, n. 2, p. 57-67, 2019.

TRINDADE, R. **Circuitos turísticos mineiros: descentralização, autonomia e gestão em relação ao turismo com base local (finais dos anos 90-tempo presente)**. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VELASCO GONZÁLEZ, M. Gestión turística del patrimonio cultural: enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural. **Cuadernos de turismo**, n. 23, p. 237-254, 2009.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e Políticas Públicas de Turismo**: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo (*sic.*) São Luis-MA. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

WTTC. **Tourism economic impacts**: regional results 2018. 2019 Disponível em: <https://www.wttc.org/economic-impact/benchmark-reports/regional-results/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.